



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES
Via N1 Leste s/n, Pavilhão das Metas, Praça dos Três Poderes – Zona Cívica Administrativa – CEP:
70.150-900
Telefones: (061) 3411.4246 / 3411.4330 Fax: (061) 3326.8449
Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180

Comitê de Articulação e Monitoramento do
Plano Nacional de Políticas para as Mulheres - PNPM
Ajuda-Memória – 27ª Reunião Ordinária

Data: 29/04/2009, das 14:30 às 18:00h.

Local: Auditório da Secretaria de Políticas Públicas Para as Mulheres – SPM/PR

Participantes:

- Ana Koatz – Mcid
- Ângela Nascimento – Câmara Técnica/CNDM
- Berenice Rosa – Fórum organismos/municípios
- Carla Cristina Marques – MinC
- Célia Vieira – MDS
- Cleiton de Lima – Unifem
- Daiane de Oliveira Lopes – MEC
- Danielle Cancela Cronemberger – MPOG
- Elisabete Busanello – MDA
- Elizabeth Marins – Ipea
- Eugênia de Moraes – MAPA
- Eloá Kátia Coelho – Seppir
- Fábiana Oliveira – SPM
- Fernanda Bittencourt – SPM
- Flávia Teixeira Guerreiro – SPM
- Leila Bezerra – Funai
- Lourdes Bandeira – SPM
- Luana Pinheiro – SPM
- Magaly Correia Marques – Casa Civil
- Márcia Vasconcelos – OIT
- Margareth Pessoa – MCid
- Maria de Fátima – MTE
- Mônica Rodrigues – MDS
- Natália Fontoura – Ipea
- Rosa de Lourdes – CNDM
- Rosali Scalabrin – Fórum organismos/municípios
- Rosimeire Teles – CNDM
- Taís Cerqueira Silva – SPM
- Vera Lúcia de Oliveira – MAPA
- Vera Machado – Câmara Técnica/CNDM

- Verônica Silva – MME

1. Informes Gerais

A 27ª Reunião teve início com a leitura da pauta de reunião e deu abertura aos informes, informando que a SPM enviou um comunicado para alguns ministérios para alteração da representação no Comitê em função da saída das/os representantes oficiais. Em seguida, uma das representantes da SPM fez um informe sobre a ausência da representante do Ministério da Saúde por motivos de saúde. A Coordenadora do Comitê destacou ainda que foi criada, no âmbito do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), uma câmara técnica para acompanhar a implementação do II PNPM e pautar as discussões sobre este nas reuniões do Conselho. Uma das representantes relatou que o documento de avaliação do I PNPM encontrava-se em fase de conclusão, aguardando apenas o envio das alterações do Ministério da Saúde, uma vez que o Ministério da Educação havia enviado suas informações poucas horas antes da reunião.

A representante da Funai justificou a sua ausência na reunião anterior, em função de sua participação nos Seminários com as mulheres indígenas sobre a Lei Maria da Penha, além de outras prioridades como planejamento familiar. Informou que foi desenvolvido um plano interno para gênero e juventude, com recursos da ordem de R\$ 800 mil a serem executados por sua Coordenação.

Uma das representantes do Fórum de Organismos destacou que a agenda da Ministra no Acre foi bastante produtiva, já que o Prefeito da capital assumiu o compromisso com o enfrentamento da violência contra as mulheres, por meio da realização da campanha nos ônibus da cidade e da implementação do Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra as Mulheres.

Por fim, a representante do MDA informou que o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural foi premiado em 4º lugar no Concurso de Gestão Pública da Escola Nacional de Administração Pública (Enap).

2. Discussão temática (Planseq e Convenção 156)

A Coordenadora do Comitê iniciou este ponto de pauta ressaltando que na última reunião do Comitê, acordou-se a realização de discussões temáticas nas reuniões ordinárias para aprimorar o monitoramento das políticas implementadas pelo governo federal, tendo sido definidas para esta reunião a apresentação do MTE sobre o Plano Setorial de Qualificação e Inserção Profissional (Planseq) e da OIT sobre a Convenção 156, que trata da igualdade de oportunidades e de tratamento para homens e mulheres trabalhadores com encargos de família.

2.1. Apresentação Planseq (MTE)

A Coordenadora do Comitê apresentou a representante do MTE, Fátima Naves, que, em seguida, fez a apresentação sobre o Planseq, abordando a qualificação social e profissional no âmbito do sistema público de emprego. Destacou-se que, apesar de não haver um Planseq específico para gênero, as mulheres representam a maioria dos beneficiários do programa.

Após a apresentação do MTE, as seguintes intervenções foram feitas pelas/os integrantes do Comitê:

- ✓ Uma das representantes convidadas do CNDM destacou a necessidade de contemplar áreas não tradicionais no programa de qualificação, uma vez que as mulheres representam 90% das cooperativas de economia solidária.
- ✓ Foi questionado por uma das representantes do MDS se havia alguma diretriz para incorporar a questão de gênero no Planseq. A representante do MTE mencionou que não, embora o tema seja abordado mais profundamente em alguns Planseqs.
- ✓ A representante do MCid solicitou um esclarecimento de como é estabelecida a demanda, tendo sido informado que qualquer entidade pública ou organização da sociedade civil pode solicitar a qualificação, não podendo, portanto, ser demandado por pessoa física, por considerar a questão da representatividade na sociedade.

- ✓ Ao ser questionada sobre a execução dos recursos do Programa Trabalho Doméstico Cidadão por uma das representantes dos organismos de políticas para as mulheres, a representante do MTE ressaltou que há dotação específica para este programa no Planseq, mas que não houve entidade executora qualificada que pudesse ser habilitada para implementar a qualificação do programa, sendo que parte dos recursos foi transferida para o Programa Economia Solidária. Uma das representantes convidadas do CNDM complementou destacando que houve uma queda qualitativa e quantitativa no programa entre o 1º e o 2º ano e que, portanto, há necessidade de rever a política, inclusive no que se refere aos recursos orçamentários. A representante do TEM mencionou ainda que houve uma resistência para abordar no processo de qualificação o aprendizado sobre afazeres domésticos.
- ✓ Uma das representantes do MDS ressaltou que a apresentação foi muito importante e que o programa poderia avançar para temas de outros ministérios. No caso do Planseq Bolsa Família, há uma recomendação para beneficiar um mínimo de 30% de mulheres e o grande desafio é fazer a informação chegar no público-alvo, ou seja, melhorar as estratégias de divulgação, embora não tenha sido necessário fazer isto ainda, pois não houve uma demanda maior do que o número de vagas. Além disso, no caso das mulheres, é importante considerar as dificuldades das mulheres para acessarem o programa como a falta de tempo em função dos cuidados com os filhos. Destacou ainda que alguns tabus foram quebrados: i) as mulheres como público da qualificação para construção civil; ii) os beneficiários do Bolsa Família não deixam de demandar o PNQ com medo de perder o benefício. Por último, fez algumas sugestões para aprimorar o programa como dar maior visibilidade às mulheres no material de divulgação e direcionar editais para entidades de mulheres e feministas, utilizando-se mecanismo de pontuação diferenciada.
- ✓ A representante do MME enfatizou que o Planseq já é um importante instrumento de política pública e que este contexto de crise é oportuno para se aprimorar e expandir o Planseq. Aproveitou a discussão para propor a criação de um Planseq para as mulheres do Bolsa Família no entorno dos empreendimentos eletro-energéticos.

Por último, a representante do MTE informou que a participação das mulheres no PNQ é de 61%, tendo sido pactuado um percentual mínimo de 30% de mulheres no programa. Concluiu a discussão ressaltando que é importante definir estratégias para ampliar a participação das mulheres e não, necessariamente, criar programas exclusivos.

2.2. Apresentação Convenção 156 (OIT)

Neste ponto de pauta, a Coordenadora do Comitê passou a palavra à representante da OIT, que fez uma breve apresentação da Convenção 156 sobre a igualdade de oportunidades e de tratamento para homens e mulheres trabalhadores com responsabilidades familiares, sendo, portanto, complementar à Convenção 111, que trata da discriminação no emprego e na profissão.

Após a apresentação, algumas intervenções foram feitas, a saber:

- ✓ A Coordenadora do Comitê destacou que o compartilhamento das responsabilidades familiares é um tema de abrangência internacional e que foi o foco da discussão na última reunião da Comissão de Situação sobre a Mulher (CSW). Relatou que houve um reconhecimento de que este compartilhamento é mínimo e da necessidade se aprofundar a discussão sobre o modelo de divisão sexual do trabalho que não reflete mais a realidade. Mencionou ainda que o relatório da CSW compreende dimensões propositivas a exemplo da contabilização do trabalho não remunerado nas contas nacionais.
- ✓ Uma das representantes convidadas do CNDM ressaltou a necessidade de se formular e aperfeiçoar políticas públicas para enfrentar este problema e garantir a efetiva aplicação da convenção, as quais devem ser discutidas no Comitê, uma vez que é integrado por diversos ministérios e pode, de alguma forma, atuar na implementação das políticas públicas, como por exemplo no caso da ampliação da oferta de creches

para promover uma maior autonomia das mulheres. A representante da OIT concordou com a intervenção, mas enfatizou que é preciso pensar não só a incorporação das mulheres como públicos específicos, mas principalmente a transversalização da questão de gênero nas políticas, como no caso da qualificação profissional.

- ✓ Foi levantada também, por uma das representantes convidadas do CNDM, a preocupação em relação ao impacto da Convenção 156, tendo em vista a pouca repercussão das Convenções 100 e 111 na implementação das políticas públicas, sendo necessário, nesse sentido, abordar estes instrumentos na formação dos gestores públicos. A representante da OIT ressaltou que a instituição vem desenvolvendo ações de fortalecimento institucional e de formação de gestores e buscando parcerias para a inclusão dos instrumentos, de forma estrutural, nos cursos de formação.
- ✓ Representantes do CNDM no Comitê ressaltaram que esta discussão é fundamental neste contexto atual de crise, inclusive para as mulheres indígenas, e que questões, como acesso, isonomia salarial e assédio moral, devem ser consideradas na Conferência Internacional do Trabalho. Recomendou ainda que as pessoas assistissem ao filme Terra Fria que trata a questão do assédio sexual no trabalho. A representante da OIT destacou que foi criado um Grupo de Trabalho na SPM para avaliar o impacto da crise na vida das mulheres. Informou ainda que, no âmbito da OIT, existe a preocupação em produzir material sobre estes temas.
- ✓ A representante do MME sugeriu que, na tentativa de coordenar ações, a SPM estimulasse o levantamento de informações e a elaboração de documento sobre o impacto da crise na vida das mulheres, envolvendo todas as universidades. Uma das representantes da SPM informou que o Grupo de Trabalho já mencionado na reunião é uma iniciativa da SPM em parceria com a OIT e com a participação do IBGE, Ipea e da Professora Hildete Pereira da Universidade Federal Fluminense, e que possui os seguintes produtos já definidos: documento analítico sobre o impacto da crise na vida das mulheres; Boletim Mulher e Trabalho a ser elaborado mensalmente a partir dos dados da Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do TEM; uma série de artigos menores, focando em outras dimensões que não só a do emprego. A representante do MME esclareceu que proposta dela transcende o trabalho do GT, pois se refere à construção de uma articulação institucional em rede com as universidades para produzir análises sobre o impacto da crise. Para finalizar esta questão, as representantes da SPM reconheceram que a proposta é interessante e que ela pode ser levada para o encontro de núcleos de gênero, mas ressaltaram que a SPM não tem ingerência sobre estes espaços e que, mesmo que ela possa se concretizar, os produtos demandam mais tempo e não serão de curto prazo como os do GT.

A representante da OIT concluiu a discussão destacando que o primeiro passo do Brasil é ratificar a Convenção e assumir o compromisso. Uma das representantes da SPM sugeriu então que fosse construído um documento do Comitê e do CNDM para recomendar ao governo brasileiro a ratificação da Convenção 156, a ser encaminhado posteriormente ao Congresso Nacional pelo Poder Executivo. A representante da OIT lembrou que também houve um encaminhamento neste sentido no Seminário sobre Trabalho e Família, realizado em março de 2009.

3. Aprovação da memória da 26ª reunião do Comitê.

A memória foi aprovada, com duas ressalvas, a saber: no item 1, alterar o nome da representante do MPOG para Danielle; no item 7, alterar o nome do programa do MAPA para Profissionalização e Gestão Corporativa.

4. Registro das informações sobre as ações prioritárias de 2008 no sistema do PNPM

Uma das representantes da SPM apresentou o novo endereço do sistema e explicou como as/os integrantes do Comitê podem solicitar os seus cadastros. Lembrou que as/os representantes titulares e suplentes dos órgãos deverão solicitar o cadastro no perfil “Coordenador de Órgão”; as demais pessoas dos órgãos que vão auxiliar no preenchimento das informações, no perfil “Apoio ao Coordenador”; e as representantes do CNDM, dos Organismos Internacionais e dos Organismos Estaduais e Municipais de Políticas para as Mulheres no perfil “Consulta”. Informou que irá encaminhar o endereço por e-mail com as orientações para solicitação do cadastro, que será autorizado pela SPM e as pessoas receberão a sua senha por e-mail diretamente do sistema. Ficou acordado que, até o final de maio, os órgãos deverão preencher os resultados das ações prioritárias de 2008. No mesmo momento, deverão ser definidas também as ações prioritárias para 2009.

5. Seleção de programas e/ou ações estratégicas dos órgãos para serem objeto de avaliação contratada

A Coordenadora do Comitê informou que a contratação de avaliação dos programas a serem selecionados no Comitê poderá ser prejudicada pelo contingenciamento orçamentário. Mas, informou que os programas devem ser selecionados, ainda que talvez a SPM não possa contratar imediatamente as avaliações. Persistindo o cenário negativo, a SPM pode tentar também buscar outras fontes de financiamento os organismos internacionais.

Uma das representantes da SPM mencionou os programas que já haviam sido indicados (Luz para Todos, Habitação, Profissionalização e Gestão Cooperativa, Regularização Fundiária, Sistema Público de Emprego e Urbanização de Favelas) e que a SPM, apesar de não ter se manifestado antes, indicava também o Qualificação Social e Profissional do MTE, além do Luz para Todos. Algumas representantes levantaram a preocupação de se definir critérios para embasar a seleção como abrangência, tempo de execução/maturidade, incorporação de mulheres indígenas como público-alvo, dentre outros. Acordou-se então que a lista dos programas seria enviada por e-mail para votação de todas/os integrantes e, caso não haja consenso na votação, os programas serão escolhidos na próxima reunião a partir de critérios a serem estabelecidos.

6. Impacto do contingenciamento orçamentário na implementação das ações do II PNPM

A Coordenadora do Comitê destacou que a SPM sofreu um corte de 63% em relação ao valor aprovado na Lei Orçamentária Anual (LOA). Uma das representantes da SPM explicou que a SPM enviou ao Congresso no Projeto de Lei um orçamento de R\$ 44 milhões, que após as emendas cresceu para R\$ 76 milhões. No entanto, o valor disponibilizado pela Presidência para execução da SPM foi de R\$ 28 milhões, insuficientes até mesmo para arcar com os compromissos já assumidos. Ressaltou que a SPM já encaminhou um documento à Casa Civil solicitando a ampliação do limite e que outros órgãos como SEAP, MJ e SEDH também reagiram ao corte. Além disso, o CNDM também irá encaminhar um documento para reivindicar que o orçamento seja liberado.

A Coordenadora do Comitê ressaltou que esta discussão foi proposta não só para mostrar a situação da SPM, mas principalmente para questionar aos órgãos sobre o impacto do corte nas ações que estão no plano sob sua responsabilidade. A idéia é que os ministérios apresentem na próxima reunião um dimensionamento preliminar dos possíveis impactos, informando o que pode deixar de ser feito, definindo valores se for possível. Pretende-se com isto elaborar um documento a ser enviado ao Ministério do Planejamento e da Fazenda e à Casa Civil para mostrar os impactos.

A representante da Funai se comprometeu a encaminhar o corte estabelecido para a Funai, embora os seus recursos já estejam contemplados no orçamento do Ministério da Justiça. A representante do MEC já sinalizou que as ações prioritárias para 2009 não devem ter corte e a do MDS registrou que as ações da assistência social são as mais prejudicadas (manutenção dos CRAS e CREAS, trabalho infantil, exploração sexual, ações sócio-educativas) e que o corte, pela primeira vez, foi para além dos valores da emenda. A representante do MPOG ressaltou que esta

informação do corte do MDS é uma surpresa para ela, pois o MPOG fez uma seleção de ações, cujo fluxo de recursos será garantido, tendo sido contemplados as ações de cisternas, aquisição de alimentos e cozinhas comunitárias. Esclareceu que o limite para execução dessas ações ficou à parte, não estando contemplado no limite repassado ao órgão, e compreende praticamente o que foi cortado no MDS. Sendo assim, o MDS praticamente não terá corte. A representante do MDS insistiu que as ações de assistência foram cortadas e informou que até o momento não recebeu nenhuma confirmação deste orçamento garantido.

Para finalizar, uma das representantes da SPM solicitou que as informações sobre os cortes fossem encaminhadas por e-mail, o mais breve possível para que a SPM possa elaborar o documento.

7. Proposta de Agenda e Pauta para as Reuniões Regionais

Neste ponto de pauta, foi definido que as reuniões regionais do Comitê do PNPM serão realizadas juntamente com os Encontros Regionais do Fórum Nacional de Organismos de Políticas para as Mulheres, sendo que a SPM está aguardando a definição das datas dos encontros do Nordeste e do Centro-Oeste. Acordou-se que nestas reuniões, a SPM deverá apresentar o II PNPM e fazer a discussão sobre a construção dos planos estaduais e municipais. Além disso, haverá espaço para apresentação de grandes ações dos ministérios implementadas em parceria com estados e municípios.

8. Próxima reunião

Conforme acordado, a próxima reunião ordinária será realizada no dia 28/05, a partir das 14:30h.